

economia

Águia Fertilizantes confirma produção em maio

Empresa iniciará a operação de beneficiamento de fosfato nos municípios de Caçapava do Sul e Lavras do Sul

/ MINERAÇÃO

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

A Águia Fertilizantes confirmou que projeta iniciar a sua operação de beneficiamento de fosfato (insumo ligado à cadeia dos fertilizantes) na Metade Sul gaúcha até o final de maio deste ano. Inicialmente, a empresa irá atuar com uma unidade industrial alugada no município de Caçapava do Sul e, em 2027, um complexo próprio, de maior porte, começará a ser construído na cidade vizinha de Lavras do Sul.

O gerente de projetos da Águia Fertilizantes, Diego Boeira, detalha que a estrutura caçapavana foi alugada da empresa Dagoberto Barcellos. O contrato firmado foi estipulado por 20 anos. “É uma planta que já está pronta e nos permite iniciar rapidamente a

operação”, explica. Boeira diz que estão sendo feitas algumas adaptações como modificação e aquisição de esteiras, aumento da capacidade de armazenamento e a instalação de moinhos.

Em 2027, começará a construção da unidade industrial de Lavras do Sul (que deve ter as obras terminadas até o final daquele ano ou começo de 2028). Boeira informa que, até agora, a empresa já investiu em torno de R\$ 230 milhões na iniciativa. Neste ano, ainda deverá ocorrer um aporte de R\$ 20 milhões a R\$ 30 milhões. Já em 2027, na nova planta em Lavras do Sul, mais R\$ 80 milhões deverão ser desembolsados.

Enquanto a capacidade máxima do complexo em Caçapava do Sul será de cerca de 150 mil toneladas ao ano de fosfato, que vai ser beneficiado para se tornar um fertilizante fosfatado multinutriente, o potencial da estrutura la-



MÁRCIO SAPPER/DIVULGAÇÃO/JC

Até o momento, cerca de R\$ 230 milhões foram aplicados no projeto

vrense deverá ser de até 300 mil toneladas anuais. Somadas, essas capacidades representarão cerca de 10% da demanda do insumo, no Rio Grande do Sul.

Em um primeiro momento, a unidade industrial de Caçapava do Sul será alimentada por uma

mina localizada em Lavras do Sul. Posteriormente, quando as duas plantas estiverem em operação, a ideia é que o fosfato seja oriundo das cidades onde estarão situadas as plantas industriais. Para isso ocorrer, um depósito de fosfato em Caçapava do Sul, que se encontra

a menos de dois quilômetros do local de beneficiamento, precisa ainda ser licenciado.

Boeira descreve que o fosfato caçapavano tem características naturais distintas das do encontrado em Lavras do Sul, o que gerará produtos comerciais diferentes. Ele recorda que a pesquisa mineral da Águia Fertilizantes na região começou em 2011, em 2015 iniciou o licenciamento ambiental e as obras começaram em outubro de 2025.

O projeto da companhia, no passado, foi alvo de questionamentos por meio de uma ação pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF). Porém, a empresa conseguiu superar esse empecilho e ir adiante com o empreendimento. “O lado positivo foi que fomos realmente sabatinados e esse projeto superou todos os questionamentos”, enfatiza Boeira.

Comitê da Fiergs quer volta da pasta de Minas e Energia

Apesar de extinta há mais de sete anos, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do Rio Grande do Sul ainda deixa saudades para empreendedores do setor. O coordenador do Comitê da Indústria Mineral (Comin) da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Eduardo Machado, defende que seja novamente efetivada pelo governo gaúcho uma pasta específica para tratar do segmento de mineração.

“Nós, da Fiergs, dentro do Comin, com o Conselho de Infraestrutura (Coinfra), chegamos à conclusão que é importante a existência de uma Secretaria de Minas e Energia”, reforça Machado. Essa sugestão, adianta o dirigente, será apresentada aos candidatos ao Palácio Piratini.

No primeiro mandato do go-

verno de Eduardo Leite, foi feita a fusão da então Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema) com a de Minas e Energia, colocando sob o mesmo guarda-chuva temas como mineração, geração de eletricidade, saneamento e preservação ambiental. O representante do Comin salienta que a Sema atualmente lida com inúmeras situações ligadas ao meio ambiente e a infraestrutura, simultaneamente.

O dirigente lembra que, dentro da Sema, foi criada uma diretoria de mineração. “Mas, a gente sente falta de um status de secretaria e de uma visão direta de governo (sobre o tema)”, afirma.

De acordo com informações do Departamento de Economia e Estatística (DEE), da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), o Rio Grande do Sul

ocupa a 9ª posição na produção mineral brasileira e movimentou mais de R\$ 2,8 bilhões em 2023, o que correspondeu a cerca de 2,3% da indústria estadual. A estrutura mineral do Estado é composta por diferentes segmentos, com destaque para carvão, rochas britadas, água mineral, calcário e areia.

Machado considera que, para destravar os empreendimentos no setor, é preciso ter consciência da importância da indústria mineral. “O desafio passa pela compreensão da sociedade que é fundamental, para qualquer cadeia de valor, a questão da indústria mineral”, frisa o dirigente.

De acordo com o coordenador do Comin, sem a compreensão dessa relevância, o ente político terá um desincentivo em tratar do tema, que é sensível à opinião pública.

Projeto de lei busca dar mais previsibilidade a investimentos no RS

Está em fase final de elaboração um projeto de lei (PL) que buscará reduzir a burocracia, agilizar e tornar mais transparente os processos de liberação de empreendimentos no Rio Grande do Sul. A iniciativa é conduzida pelo deputado estadual Papparico Bacchi (PL), e o texto deve ser protocolado na Assembleia Legislativa ainda neste ano. De acordo com Bacchi, a ideia da lei é possibilitar que qualquer empreendedor que venha a fazer um investimento no Rio Grande do Sul tenha dentro de até três anos a entrega dos documentos necessários, dos órgãos ambientais e do Ministério Público, para que a iniciativa possa avançar (caso esteja dentro da conformidade legal).

Apesar de a proposta não ser específica para o setor da mineração, o segmento foi o principal motivador da iniciativa. Bacchi é presidente da Frente Parlamentar da Mineração, na Assembleia Legislativa. “Nós precisamos criar, urgentemente, um ambiente favorável para a questão mineral”, defende o deputado. Ele acrescenta que essa ação precisa, especialmente, envolver também o setor de fertilizantes.

“O Brasil ainda importa mais de 80% dos insumos utilizados pelos nossos produtores”, aponta o parlamentar. Ele salienta que o



ALRS/DIVULGAÇÃO/JC

Bacchi quer mais segurança para atração de empreendimentos

Rio Grande do Sul possui as maiores reservas de carvão do País e poderia aproveitar o mineral para produzir ureia (um importante insumo para o agronegócio). Entre outras ferramentas que podem favorecer um ambiente mais propício para investimentos nessa área, Bacchi cita, entre outras, as aprovações do Plano Estadual de Fertilizantes, que hoje se encontra na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa, e do Profert (lei nacional que possibilita a isenção de tributos para investimentos em modernização, implantação ou ampliação de fábricas de fertilizantes).



TATIANA GAPPMEYER/DIVULGAÇÃO/JC

Rio Grande do Sul ocupa a 9ª posição na produção mineral brasileira